

conveniente à arrecadação de mais impostos, uma vez que as pessoas físicas estão sujeitas a incidências tributárias mais altas.

A racionalidade e a obediência aos princípios norteadores da ordem econômica levaram o Senado a emendar o projeto para extirpá-lo do preceito absurdo. Pelo mesmo motivo, a Câmara dos Deputados, onde a matéria se encontrava em deliberação final, manteve a emenda da Câmara Alta. Em consequência, os auditores foram proibidos de desconstituir empresas individuais.

Mas o baixo apreço à sinergia da liberdade individual e das corporações econômicas para fecundar o desenvolvimento do País favorece raciocínio no mínimo deplorável. Nos espaços da representação governista no Congresso, difunde-se o juízo de que firmas de uma só pessoa são contratadas pelas grandes empresas para prestação de serviços. Então, há recolhimento de menores impostos. Assim, justificar-se-ia a intenção de vetar a emenda do Senado.

Em outras palavras: em proveito da volúpia fiscal do Governo pretende-se impedir que as sociedades econômicas contratem serviços com os prestadores que lhes parecerem mais convenientes, empresas individuais ou pessoas físicas. É impossível conceber intervenção na liberdade econômica mais violenta. Flagra-se em semelhante propósito não apenas viés do mais reprovável autoritarismo, mas, acima de tudo, violação à ordem constitucional.

O Governo não tem autoridade para impor restrições ao direito do indivíduo de organizar sua atividade produtiva da forma como lhe convier, seja como pessoa física, seja como unidade empresarial. Falecem-lhe, também, poderes para sujeitar as organizações econômicas a formas impositivas de contratar serviços. Antes de vetar a emenda do Senado à Lei da Super-Receita – e restabelecer o texto original por meio de medida provisória – convém ao Presidente da República ver que, entre os fundamentos da República, desponta, como preceito imutável, ‘os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa’ (art. 1º, inciso IV, da Constituição).”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, confia-se em que o Presidente da República não se recusará a sancionar tal dispositivo, defendida a sua justeza por aquele prestigioso veículo de comunicação social, com endosso em prestigiosos segmentos empresariais.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) – Concedo a palavra à nobre Deputada Jô Moraes, primeira oradora inscrita no Grande Expediente. S.Exa. dispõe de 25 minutos na tribuna.

A SRA. JÔ MORAES (Bloco/PCdoB-MG. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Deputado Osmar Serraglio, a presença de V.Exa. na Presidência dos trabalhos honra-nos a todos pela sua história de integridade, seriedade e dedicação à causa pública.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores e servidoras desta Casa, o sentimento de todos os que chegam a esta Casa, após terem passado por outros momentos históricos como os da minha geração, deve ser o mesmo. Acompanha-nos a certeza de que foi o compromisso da nossa gente com a liberdade que fez com que nossas vidas fossem poupadas, quando muitas se foram, e as instituições democráticas sobrevivessem, apesar de sua sinuosa e dolorosa trajetória.

Das prisões e dos anos de clandestinidade ficou-me a convicção de que só há progresso social se houver liberdade política. Mas a liberdade política só será completa e duradoura se houver liberdade econômica e social, liberdade de não passar fome, liberdade de ter emprego, liberdade de construir seu próprio País.

O Brasil vive hoje seu mais prolongado momento de vida democrática sem interrupções. Hoje, há grande quantidade de movimentos sociais, de entidades de classes e de partidos políticos com plenos direitos de funcionamento. Basta o olhar atento à própria composição desta Casa para vermos aqui representados, de forma democrática, diferentes ideologias, propostas e projetos. Cada um que aqui se encontra representa um pedaço do País, uma parte de nossa gente com suas virtudes e seus defeitos, com suas esperanças e suas crenças.

É assim o Brasil com sua diversidade. E não é essa diversidade de representação social e partidária que provoca instabilidade política ou problemas de governabilidade. A imagem de certo desgaste por que passou esta Casa nos últimos 2 anos tem mais a ver com equívocos e práticas indevidas do que com a pluralidade de sua representação.

Digo isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, porque este Parlamento é uma das mais significativas instâncias democráticas do Estado brasileiro. É bom tentar compreender as razões do desencanto popular e corrigir as práticas indevidas. Mas não é correto fazer coro aos que querem enfraquecer a democracia representativa com o apedrejamento desta Casa.

Nunca se viu campanha tão ostensiva no sentido de desmoralizar o Congresso brasileiro. No fundo, esses que assim o fazem tentam impor um sinal de igualdade entre políticos corretos, que eventualmente

existam, e a ação política. Vemos que todo escândalo de corrupção e má conduta que surge, e deve ser punido, é usado como pretexto para desacreditar a política como instrumento democrático para a resolução dos dilemas e dos conflitos inerentes a qualquer nação democrática.

Chegam a propor, como panacéia, uma pretensa reforma política para enfrentar as contradições existentes no Brasil e, até mesmo, uma cláusula de barreira que inviabilizaria o funcionamento democrático dos pequenos partidos. Uma reforma política para restringir a democracia e não para ampliá-la, como se isso resolvesse os problemas de fundo da democracia brasileira e as mazelas herdadas por uma república construída sob a lógica dos interesses privados.

Defendemos, sim, Sr. Presidente, uma reforma política de caráter democrático, com financiamento público, fidelidade partidária, listas pré-ordenadas de candidatos e não falsas reformas que só concentram mais poderes nas mãos de setores que já os têm há muito tempo.

É grande, Sr. Presidente, o desafio dos que assumem este momento de construção da nossa Nação. Não há múltiplos e geniais caminhos para se recuperar a legitimidade do mandato popular. A cada um de nós cabe contribuir para que o País supere seus limites, cresça, produza e distribua os frutos de seu desenvolvimento. A legitimação desta Casa, seu reencontro com aqueles que pretende representar, está na ordem direta da sua capacidade de colocar os interesses públicos acima de tudo, de produzir políticas que alcancem a maioria da nossa gente e melhorem sua qualidade cotidiana de vida.

Os homens e as mulheres deste País que trabalham e que produzem estão fazendo sua parte, muitas vezes cercados de obstáculos. As exaustivas jornadas dos operários diante das máquinas nem sempre são recompensadas; as precárias condições dos que lutam pela terra, para o plantio e colheita, ainda são difíceis; são limitados os recursos para os que geram saber, ciência e tecnologia; o muro irracional dos juros altos impede os empreendedores de ampliarem sua produção, numa lógica inteiramente contrária às necessidades do desenvolvimento.

No momento em que o Presidente Lula anuncia importante iniciativa, como o Plano de Aceleração do Crescimento, é inexplicável o fato de o Banco Central, em seguida, desacelerar a queda dos juros. Isso demonstra que existem setores que agem para sabotar o desenvolvimento.

Ouçõ, com prazer, o aparte do nobre Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides – Nobre Deputada Jô Moraes, parabenizo V.Exa. pelo brilhante discurso que pronuncia na manhã de hoje. E quando faz referência específica à taxa SELIC, que não acompanha os anseios da conjuntura desenvolvimentista do País, permita-me dizer que pretendo fazer, não com o brio de V.Exa, mas naturalmente buscando assemelhada oportunidade, pronunciamento para que, na reunião do COPOM no mês de março, já constatemos redução mais razoável e expressiva que situe a política de juros no patamar propício a atrair investidores e, conseqüentemente, impulsionar o desenvolvimento econômico do País. V.Exa. se situa nessa mesma linha de pensamento e, por isso, ao aparteará-la, naturalmente descaracterizando o brilho do seu discurso, identifico-me com sua idéia exposta com muita clareza e precisão.

A SRA. JÔ MORAES – Cumprimento V.Exa. pelo seu posicionamento e agradeço-lhe o aparte. Nobre Deputado, conte com o apoio de todos nós, do PCdoB, nessa batalha em prol do povo brasileiro. Não é justo que apenas o setor financeiro, que já ganha há séculos, leve vantagens com a política de juros inadequada que vem sendo aplicada, atravancando o desenvolvimento do País.

Ouçõ, com prazer, o aparte do nobre Deputado Rodovalho.

O Sr. Rodovalho – Nobre Deputada Jô Moraes, desejo parabenizá-la pelo relevante pronunciamento, especialmente quando chama a atenção desta Casa para a necessidade de se agilizar a reforma política que está sendo desenhada. Precisamos ter muita cautela para que não se cumpra o adágio: “*A emenda ficou pior que o soneto.*” Devemos vencer determinados obstáculos quanto à estrutura partidária e política do País, mas certamente o Presidente desta Casa, Arlindo Chinaglia, saberá conduzir a questão com muita cautela e sensibilidade. Sabemos que a partir dessa reforma, sairá a ditadura dos partidos, especialmente dos maiores, e se inibirá a formação do pensamento político. Eram essas as considerações que tinha a fazer.

A SRA. JÔ MORAES – Agradeço a V.Exa. o aparte.

Com toda a certeza, temos de ter coragem de pautar a reforma política, de nos aprofundarmos no debate iniciado na Legislatura anterior. Que esse processo não fique concentrado, nem seja mantido o **status quo**, mas que haja efetivo aperfeiçoamento das instâncias e estruturas partidárias, com manutenção de seu conteúdo programático, dando garantias de representação plural nesta Casa que representa o povo brasileiro. Representação plural significa democracia e qualquer restrição de concepções que possam aqui

ser formadas é empecilho à democracia. Por isso, junto-me à preocupação de V.Exa.

Continuando, cabe a nós nesta Casa, sobretudo aqueles que buscam novo projeto de nação, fortalecer a coalizão política que quer um país independente, socialmente justo e sustentável, e um Estado incentivador do desenvolvimento.

Sr. Presidente, deste Planalto não se pode perder a visão das planícies e das montanhas do nosso tão diverso Brasil. Há fome em Pasmadinho, carente comunidade do Município de Itinga, no Vale do Jequitinhonha. Ali difícil é encontrar refrigerantes nos botecos, que contam apenas com a democrática cachaça produzida para sufocar a desesperança. Mas há força nos braços fortes do Seu Antero, trabalhador que, com seus 90 anos, tira o sustento no cabo da enxada onde falta água e sobra sol.

Não podemos perder a visão do belo horizonte da capital mineira, que como tantas capitais comporta as contradições de sua construção, enfrentadas pela ousadia de seu projeto democrático e popular, há uma década e meia. Mas o abastado Belvedere se inquieta ante a carência do sofrido Taquaril. É como se Belo Horizonte reproduzisse as diferenças entre o rico Triângulo e o precário Jequitinhonha, entre o desenvolvido Sul e o estagnado Norte.

Essa desigualdade social, tão espalhada em cada rincão do País, tem de ser enfrentada. Por isso o compromisso primeiro desta Casa tem de ser com o desenvolvimento e a partilha de seus resultados.

Recentemente, começamos a dar os primeiros passos com a eleição de um Governo parido na resistência de seu povo por um novo Brasil. A Nação tinha sido afastada de si própria durante a década neoliberal. Reencontra-se hoje por intermédio de um Governo cujas forças que o integram buscam a construção de novo projeto de Brasil. Reencontra-se com seus irmãos latino-americanos na caminhada simbólica pela estruturação da Comunidade Sul-Americana de Nações e pelo fortalecimento do MERCOSUL.

Um Brasil que procura se inserir de forma soberana na geopolítica internacional, ao mesmo tempo em que trabalha pela diminuição das assimetrias regionais em nosso Continente e pelo desenvolvimento de toda a pátria latino-americana. Como um dia sonharam Martí, Bolívar, Tiradentes, José Bonifácio, Castro Alves, entre tantos outros que nos deixaram esse legado de luta e de paixão.

Nosso País olha para o mundo e vê que a paz é o único caminho para o desenvolvimento e a justiça social; vê que não é a supremacia militar norte-americana capitaneada por Bush que levará à ordem mundial equilibrada e sem o horror das guerras. Por isso,

este Parlamento tem compromisso com a soberania e a autodeterminação dos povos, com a solidariedade à bloqueada Cuba, ao invadido Iraque, à sofrida Palestina, e muitos outros países.

A luta pela paz, no entanto, tem dolorosa dimensão doméstica. A paz em nosso País passou a ser o grito dos que sofrem a violência cotidiana, sobretudo nos nossos centros urbanos. Uma violência que cada vez mais assume contornos de crueldade quase inimaginável. Ao mesmo tempo, o sentimento de impotência da sociedade tem levado ao surgimento de soluções falsamente radicais.

A lógica das bombas – hegemônica no mundo –, que destroem hospitais, igrejas, como se fossem meros fogos de artifício; a agressividade como prática do lúdico alimentada nos brinquedos e nos meios de comunicação transformam a crueldade como se fosse simples etapa da força física que os homens têm de demonstrar. Naturalizou-se a barbárie praticada por Estados e indivíduos.

A resposta à violência deve ter a abrangência do que a produz e a alimenta. É necessário demonstrar que o crime não compensa, com medidas de agilização processual, com a efetiva aplicação da nova lei para crimes hediondos, com a reestruturação do sistema prisional, com rigor e inteligência no combate ao crime organizado.

Mas é necessário também demonstrar, sobretudo aos jovens que matam, que há um Estado que os acolhe com educação, esporte, cultura; que há uma sociedade que lhes oferece emprego, oportunidades de crescimento, valores humanos, solidariedade. Não há soluções fáceis, a não ser as demagógicas. Se assim não fosse, nosso Jean Charles, mineiro do Rio Doce, não teria sido morto num metrô de Londres por aqueles que deveriam defender sua vida e a da sociedade.

São inúmeras as diferenças entre nós, com as quais temos de saber conviver. Mas há algo que pode nos unir e a grande maioria desta Casa: a elaboração de agenda que coloque o País no caminho do desenvolvimento, com melhor distribuição de renda, cujo simbólico passo começa a se dar com o Plano de Aceleração do Crescimento. Tenho certeza de que esta Casa saberá promover o debate para o aperfeiçoamento de que ele necessita. Mas não ficaremos apenas nesse plano, que retoma o Estado como incentivador do desenvolvimento do País. Devemos ir além, na busca de uma sociedade mais avançada, fixada nos ideais socialistas em torno dos quais se organiza o meu partido, o Partido Comunista do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) – Ouvimos a Deputada Jô Moraes, que foi Vereadora e Deputada Estadual por Belo Horizonte.

Lamentavelmente, S.Exa. foi sorteada para fazer seu discurso numa sexta-feira. Com certeza, haveria a possibilidade de fazê-lo numa terça ou quarta-feira, quando temos presença maciça.

O seu pronunciamento foi forte, vincante, inteligente e profundo. Alegramo-nos em recebê-la nesta Casa. É a primeira oportunidade que tem S.Exa. de trazer à luz sua experiência, seu conhecimento, sua vida, a qual admiramos.

Peço aos assessores que providenciem para mim cópia do seu discurso, porque uma oitiva só não foi suficiente para bem assimilar o que aqui nos trouxe. Quero ter o privilégio de ler, com muito carinho, seu discurso no avião. Admirei muito o que foi consignado. Imagino que devamos nos aprofundar em cada um dos pontos levantados por S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Serraglio) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Fraga, do PFL do Distrito Federal, uma das bandeiras da luta pela segurança pública deste País.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL-DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este será o meu último pronunciamento nesta Casa. Abandono de forma transitória e rápida, espero, este plenário, a tribuna da Câmara dos Deputados, para me dedicar a uma causa também problemática no Distrito Federal: o transporte coletivo. Muito em breve, após tentar pelo menos minimizar o sofrimento do povo do Distrito Federal nessa área, espero retornar a esta Casa para continuar a batalha.

É bem verdade que vou sofrer um pouco menos. Diante do clamor público, de tanta ansiedade e sofrimento do povo brasileiro, esta Casa não vota as matérias inerentes à área da segurança pública.

Não estou jogando a toalha. Retiro-me temporariamente para cumprir missão que me foi delegada pelo Governador eleito do Distrito Federal, José Roberto Arruda. Certamente, voltarei logo para continuar a luta maior em prol da segurança pública, bandeira dos meus 3 mandatos de Deputado, que V.Exa., Sr. Presidente, conhece tão bem.

Ouçõ, com prazer, o nobre Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides – Deputado Alberto Fraga, no momento em que V.Exa. comunica que fará novo interregno na sua atividade parlamentar, a fim de retornar ao Secretariado do Governo José Roberto Arruda, lastimo, de antemão, a sua ausência temporária. V.Exa. sempre pontificou desta tribuna como uma das figuras estelares desta Casa, pregando sobretudo

a segurança pública, às vezes com a intensidade e o ardor que caracterizam a sua personalidade invulgar, mas sempre procurando argumentar, a fim de nos convencer, quando nos contrapúnhamos a determinadas considerações de seu lúcido pensamento. Por outro lado, temos certeza de que V.Exa. servirá à população de Brasília. E, já cognominado 9º Deputado de Brasília, tentarei suprir a sua falta, não com o brilho de V.Exa., mas com o esforço permanente, para dar a minha colaboração ao Ceará, de onde sou originário, e a Brasília, que, em 1º de fevereiro de 1975, recebi-me como filho. Na ocasião, subi a rampa do Senado Federal, no embalo das urnas de 1974, que praticamente mudaram a fâcies político-institucional do País. Cumprimento V.Exa. e desejo êxito na sua missão no Secretariado de José Roberto Arruda.

O SR. ALBERTO FRAGA – Muito obrigado, nobre e eterno Senador Mauro Benevides, um dos exemplos de dignidade e moral desta Casa, que nos alegra com seus constantes apartes e com a assídua participação no plenário, mostrando claramente o caminho que o Parlamentar deve seguir. V.Exa. sempre foi exemplo para os mais novos e mais afoitos. Muitas vezes, quando quis me posicionar contrariamente ao Governo anterior, do Governador Joaquim Roriz, V.Exa. me segurou. Agradeço muito a V.Exa.

Sr. Presidente, o País assiste, há longo tempo, a uma crise na segurança pública que se agrava a cada dia. A situação da criminalidade é tão assustadora que ameaça o nosso Estado Democrático de Direito. Caminhamos a rápidos passos para a barbárie, caso providências urgentes não sejam tomadas pelos 3 Poderes da República, cada qual na sua função constitucional. Não se pode mais tolerar que se inverta a ordem natural das coisas, como ocorre hoje: criminosos soltos, impunes, e cidadãos presos em suas casas, amedrontados.

Ao Poder Legislativo, em especial à Câmara dos Deputados, na qualidade de Casa dos representantes do povo brasileiro, cabe a iniciativa de discutir e de apresentar soluções legais para trazer paz aos cidadãos. E ela não se pode furtar a tal missão. Não é oportuno o argumento de que as discussões serão açodadas, precipitadas, por parte de autoridades e juristas. Isso não corresponde à verdade, pois as matérias sobre o combate à criminalidade já foram discutidas e aperfeiçoadas nas Comissões desta Casa e nas várias Comissões Mistas do Congresso Nacional.

A Câmara dos Deputados, na realidade, está em falta com o povo brasileiro. A apreciação dessas matérias já deveria ter ocorrido há muito tempo. Se o Parlamento tivesse cumprido o seu papel, se tivesse